

## Sumário

Apresentação .....	11
Prefácio .....	13

### CAPÍTULO I

PROCURADORIAS MUNICIPAIS: da resistência do estamento político a aposição do marco zero para o desenvolvimento dessa incipiente procuratura constitucional .....	17
--	----

*Igor Silva de Menezes*

Introdução .....	18
1. Breves notas acerca da relação possível entre a Administração Pública patrimonialista e o déficit de institucionalidade da advocacia pública municipal .....	19
2. O que significa, afinal, institucionalização advocacia pública municipal? .....	31
3. Da condição antecedente à institucionalização da advocacia pública municipal e da secular oposição patrimonialista ao recrutamento de pessoal por concurso público .....	35
4. Considerações acerca da heterogeneidade dos municípios e da capacidade financeira de suportar a obrigatoriedade de instituição de advocacia pública local .....	56
4.1 Municípios com procurador concursado por porte municipal ...	60
Conclusão .....	67
Referências .....	74

### CAPÍTULO II

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA CARREIRA DO PROCURADOR MUNICIPAL – FUNÇÃO ESSENCIAL E TÍPICA DE ESTADO .....	83
--	----

*Cristiane da Costa Nery*

1. O município no Estado brasileiro .....	84
2. O papel do advogado público .....	89
Conclusões .....	104
Referências .....	107

CAPÍTULO III.....	109
A ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL NO QUADRO CONSTITUCIONAL DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS AO ESTADO E À JUSTIÇA: indispensabilidade de instituição, privatividade de exercício por membros da carreira e concretização da determinação constitucional pelos municípios .....	109
<i>Thiago Saches Duarte</i> <i>Gustavo Seabra Santos</i>	
Introdução .....	110
2. A inequívoca previsão constitucional da advocacia pública municipal como consequência da elevação dos municípios ao status de entes federados – o princípio da simetria .....	116
4. A advocacia pública municipal como função essencial à justiça na jurisprudência do STF .....	124
4.1 Breve relato dos antecedentes históricos.....	124
4.2 da consolidação definitiva: o precedente vinculante do Recurso Extraordinário nº 663.696 .....	124
5. O reconhecimento definitivo da advocacia pública municipal como função essencial da justiça no controle concentrado de constitucionalidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro .....	127
5.1 Panorama geral atual e recapitulação do histórico de ações diretas .....	127
5.2 Breves comentários sobre os julgados mais significativos .....	130
6. A indispensabilidade da advocacia pública municipal em municípios de pequeno porte e o equívoco da tese de sua inviabilidade por argumentos de ordem financeira .....	138
Considerações finais e conclusões .....	144
Referências .....	145
Anexo .....	146
CAPÍTULO IV.....	161
O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DA ADVOCACIA PÚBLICA COMO ATIVIDADE EXCLUSIVA DOS ADVOGADOS PÚBLICOS EFETIVOS: Uma releitura da Proposta de Súmula Vinculante nº 18 do STF à luz dos dados publicados no 1º Diagnóstico de Advocacia Pública Municipal no Brasil (2018) .....	161
<i>Raphael Diógenes Serafim Vieira</i>	

Introdução .....	163
1. O exercício das funções da advocacia pública como atividade exclusiva dos advogados públicos efetivos .....	166
1.1 Princípio da igualdade entre os entes da federação .....	167
1.2 Princípio da simetria .....	171
1.4. Da inviolabilidade, da efetividade e da estabilidade qualificada como condições necessárias ao exercício técnico e independente das funções de advocacia pública .....	180
1.5. Da divergência doutrinária e do tratamento jurisprudencial do tema .....	189
1.6 Do déficit institucional de procuradores efetivos nos municípios brasileiros – levantamento do 1º diagnóstico da advocacia pública municipal no Brasil (2017) .....	192
1.7 Dos argumentos metajurídicos invocados para resistir à obrigatoriedade da presença de um advogado público efetivo nos municípios brasileiros .....	196
2. Da proposta de súmula vinculante nº 18 .....	202
2.1 A PSV nº 18 e a realidade da advocacia pública municipal .....	203
2.2 Da sugestão de modificação da PSV nº 18 .....	206
Conclusão .....	206
Referências .....	209
CAPÍTULO V	
CARGOS EM COMISSÃO: DA FIDÚCIA AO ABUSO .....	217
<i>Vitor Penno Reis</i>	
Introdução .....	218
1. Provimento de cargos públicos .....	220
1.1 Cargos efetivos .....	220
1.2. Cargos em comissão de livre nomeação e exoneração .....	221
2. Desvios na nomeação e no exercício de cargos de confiança .....	223
2.1 Ausência de percentual máximo: desproporcionalidade nas nomeações de confiança .....	226
2.2 Nepotismo .....	229
2.3 Funcionários fantasmas .....	231
2.4. Investimentos desproporcionais em qualificação .....	232
2.5. Abuso do poder hierárquico e intervenção na independência técnica .....	235

*ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL: o marco zero para institucionalização dessa procuratura constitucional*

3. Exercício de funções permanentes essencialmente técnicas. Da usurpação da competência privativa de representação e consultoria jurídica.....	238
Conclusão .....	243
Referências .....	245